



# Câmara Municipal de Buritama

Estado de São Paulo

CNPJ 51.102.341/0001-09

EDIFÍCIO VEREADOR "ANTÔNIO DE ALMEIDA FILHO"

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 05, DE 07 DE AGOSTO DE 2012**

**Autoria: Luiz Antonio de Souza**

**"Disciplina o provimento em cargos e funções públicas no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Administração Indireta do Município, e dá outras providências".**

Eu, **JOSÉ DOMINGOS MARTINS FILHO**, Presidente da Câmara Municipal de Buritama, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, etc.

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Buritama **APROVA** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** - Denomina-se esta lei de "**LEI DE FICHA LIMPA MUNICIPAL**", estabelecendo critérios para o provimento de cargos e funções públicas com o intuito de proteger a moralidade administrativa, aplicando-se de forma complementar aos demais critérios gerais e especiais de provimento estabelecidos nas legislações municipais.

**Art. 2º** - Fica vedado o provimento em cargos e funções públicas, no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, bem como Administração Indireta do Município de Buritama, de cidadãos enquadrados nas seguintes hipóteses:

**I** - os condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do cumprimento integral da pena, sendo fixado prazo mínimo de 8 (oito) anos, pelos crimes:

a).- contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b).- contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos nas leis que regulam a falência, concorrências e licitações;

c).- contra o meio ambiente e a saúde pública;

d).- eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade ou perda de Mandato Eletivo;

e).- de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f).- de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;





# Câmara Municipal de Buritama

Estado de São Paulo

CNPJ 51.102.341/0001-09

EDIFÍCIO VEREADOR "ANTÔNIO DE ALMEIDA FILHO"

- g).- de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h).- de redução à condição análoga à de escravo;
- i).- de violência contra a mulher, contra a vida e a dignidade sexual;
- j).- praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

**II** - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, com o trânsito em julgado, pelo período inerente à suspensão dos direitos políticos fixados na sentença;

**III** - os declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da declaração;

**IV** - os que receberem pena de demissão, cassação da aposentadoria e aposentados compulsoriamente do exercício da função em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração.

§ 1º - Vencido o prazo da vedação prevista nos incisos I e II, permanece a vedação imposta, caso estejam respondendo por processos análogos, prazo este que fica estendido até o arquivamento do processo ou respectivo cumprimento da sentença judicial.

§ 2º - A vedação prevista no inciso I não se aplica aos crimes culposos, àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

**Art. 3º** - Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta lei serão considerados nulos a partir da entrada em vigor desta lei.

**Art. 4º** - Caberá aos Poderes Executivo, Legislativo e aos órgãos da Administração Indireta, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência à presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos componentes informações e documentos necessários ao cumprimento da lei.

**Art. 5º** - O nomeado ou designado para cargo ou função pública, obrigatoriamente antes da investidura, deverá declarar por escrito, sob as penas da lei, não estar enquadrado nas vedações do artigo 2º.

**Art. 6º** - As denúncias de descumprimento da presente lei, poderão ser formuladas por qualquer pessoa, por escrito ou verbalmente, caso em que deverão ser reduzidos a termo, sendo vedado o anonimato.





# Câmara Municipal de Buritama

Estado de São Paulo

CNPJ 51.102.341/0001-09

*EDIFÍCIO VEREADOR "ANTÔNIO DE ALMEIDA FILHO"*

§ 1º - A denúncia deverá ser processada mesmo se vier desacompanhada de prova ou indicação da forma de obtê-la, não podendo ser desconsiderada ou arquivada em qualquer hipótese, salvo quando demonstrada de plano sua inveracidade ou quando de má fé o denunciante.

§ 2º - Encaminhada a denúncia para funcionário incompetente para conhecê-la, esta será imediatamente enviada para a autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

Art. 7º - Esta lei entra na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Buritama, Plenário Vereador "JOSÉ OTÁVIO DE FREITAS", aos **sete** dias do mês de **agosto** de dois mil e doze (2012), 94 anos da Fundação de Buritama e 63 anos de Sua Emancipação Política.

  
**JOSÉ DOMINGOS MARTINS FILHO**  
**PRESIDENTE**